

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

DE

30 DE ABRIL

ANO DE 2014

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2014

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, reuniu, em sessão ordinária, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na versão dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e no n.º 1 do artigo 24.º do respetivo regimento, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a Assembleia Municipal de Ponta Delgada sob a presidência de Francisco Rego Costa, tendo Alexandra Vitória Falcão Viveiros como primeira secretária e Aníbal Duarte Raposo como segundo secretário, para cumprimento da ordem de trabalhos constante da convocatória de 21 de abril de 2014.

De acordo com o estabelecido nos números 1 e 3 do artigo 48º da citada Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, encontravam-se presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Manuel Cabral Dias Bolieiro, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Fernando Manuel Quaresma Coelho Marques Fernandes, e as Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores Fátima Maria Câmara Carvalho de Viveiros Rego Ponte; Luísa Vieira de Magalhães Sousa Moniz; Pedro Filipe Rodrigues Furtado; Maria Helena Botelho de Viveiros Batista; Maria da Graça Câmara Batista e Francisco Mota Vieira Rodrigues da Câmara. Não esteve presente, tendo apresentado a respetiva justificação, o Senhor Vereador Nuno Miguel de Andrade Miranda.

O Presidente da Mesa declarou aberta a sessão pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, cumprimentando todos os presentes, após o que a 1ª secretária, Alexandra Vitória Falcão Viveiros, efetuou a chamada e procedeu à contagem das presenças, sendo de relevar as seguintes faltas e substituições:

Substituições: Dora Cristina Ribeiro Rodrigues substituiu Maria da Conceição Monteiro (vogal PS); Lisa Ventura Garcia substituiu Analisa Furtado Lima (vogal PS); Steven Macedo Barbosa substituiu Maria Teresa de Viveiros Tomé (vogal PS); Paulo Ricardo Novo substituiu Bruno Alexandre Machado Correia (Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda da Bretanha).

Não houve registo de qualquer falta injustificada.

A 1ª secretária da Mesa da Assembleia confirmou ainda a presença dos seguintes vogais e representantes das juntas de freguesia:

VOGAIS:

Noé Venceslau Pereira Rodrigues	PS
Luís Maurício Mendonça Santos	PSD
Aníbal Duarte Raposo	PS
Maria da Conceição Pimentel Viveiros Arruda	PSD
Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues	PS
António José Ruas Pissarra Canotilho	PSD
Teresa Dolores Mota Ferreira	PS
Alexandra Vitória Falcão Pereira de Viveiros	PSD
Ricardo Manuel Viveiros Cabral	PS
Ricardo Alberto Pereira Madruga da Costa	PSD
Maria das Mercês Vasconcelos Silva Pacheco	PS
Jorge Manuel de Almada Macedo	PSD
Maria da Conceição Vieira da Purificação Brasil	PS
Carolina Ponte Bastos de La Cerda Filipe	PSD
André Filipe Matos de Carvalho	PS
Francisco José Guedes	PSD
Dora Cristina Ribeiro Rodrigues	PS
Gilberto Araújo Rodrigues	PSD
Lisa Ventura Garcia	PS
Maria José Botelho Lemos Duarte	PSD
Carlos Filipe Brum Amaral Melo	PS
Vera Lúcia Pinheiro Pires	BE
Sérgio Paulo Ávila Campos Marques	PSD
Steven Macedo Barbosa	PS
Paulo Vasco Ferreira de Medeiros	PSD
Hélder Manuel Cabral Borges	PS

PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA:

Paulo Ricardo Novo*	Ajuda da Bretanha	PS
Eusébio Paulo Ferreira Massa	Arrifes	PS
João Alberto Silva Pereira	Candelária	PS



Rui Alexandre Barbosa de Sousa	Capelas	PS
Humberto Carlos Cabral de Sousa	Covoada	PSD
António Luís Moniz dos Anjos	Fajã de Baixo	PS
José Augusto Inácio de Medeiros	Fajã de Cima	PSD
João José Correia de Medeiros	Fenais da Luz	PSD
João Carlos Castro Silva	Feteiras	PSD
João Paulo Arruda Medeiros	Ginetes	PSD
Carlos Manuel da Silva Cabral	Mosteiros	PSD
Duarte Manuel Luzia Carvalho	Pilar da Bretanha	PS
Pedro Miguel da Silva Melo	Relva	PSD
André Filipe Machado Correia	Remédios	PS
Luís Alberto de Sousa Cordeiro	Livramento	PSD
Pedro Miguel Medeiros de Moura	São Roque	PS
João Carlos Arruda	Santa Bárbara	PSD
António Espírito Santo Medeiros Cabral	Santa Clara	SCVN
Nelson Manuel Borges Silva	Santo António	PS
Jorge Miguel Amaral Oliveira	São José	PSD
Rui Guilherme Pacheco	São Pedro	PSD
José Maria Pereira Rego	São Sebastião	PSD
Rosa Maria da Silva Gomes	S. Vicente Ferreira	PSD
Cidália Maria Guido Medeiros Pavão	Sete Cidades	PS

*Em substituição de Bruno Alexandre Machado Correia

Após a leitura e confirmação do registo de presenças, foi dado conhecimento da correspondência recebida aos presentes e passou-se, de imediato, à abordagem dos assuntos de antes da ordem do dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos senhores deputados para a apresentação dos votos e recomendações elaborados pelos respetivos grupos municipais, os quais se encontram em anexo à presente ata, bem como para outras intervenções que considerassem relevantes e cujas matérias não estivessem incluídas na agenda de trabalhos.

Intervieram no período de antes da Ordem do Dia, para além dos deputados incumbidos de fazer a leitura dos votos e/ou recomendações, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Senhora Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS) a Senhora Deputada Vera Lúcia Pires (BE), o Senhor Deputado Luís Maurício Santos (PSD), o Senhor Deputado Hélder Borges (PS), o Senhor Deputado Jorge Macedo (PSD), o Senhor Deputado Ricardo Viveiros Cabral (PS), a Senhora Deputada Carolina Bastos (PSD), o Senhor Deputado Sérgio Ávila (PSD), o Senhor Deputado Francisco Guedes (PSD); o Senhor Deputado Gilberto Rodrigues (PSD), a Senhora Deputada Dora Noronha (PS), o Senhor Deputado Carlos Brum Melo (PS), a Senhora Deputada Lisa Ventura (PS), o Senhor Deputado Noé Rodrigues (PS), a Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco (PS) e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Ginetes (PSD).

Os votos foram apresentados e colocados à votação de acordo com a ordem de inscrição, adaptada, sempre que necessário, para conferir uniformidade à sequência de acordo com o teor dos votos.

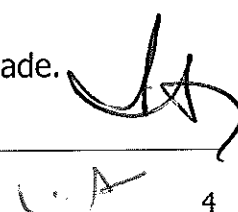
O 1º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através da Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco, foi um voto de pesar pelo falecimento de José Manuel Medeiros Ferreira. Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O 2º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através da Senhora Deputada Maria José Duarte, foi igualmente um voto de pesar pelo falecimento de José Manuel Medeiros Ferreira. Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O 3º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através da Senhora Deputada Maria José Duarte, foi um voto de pesar pelo falecimento de Augusto Ataíde.

O Grupo Municipal do PS, através do Senhor Deputado Noé Rodrigues, associou-se a este voto.

Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'J. A.' and the initials are 'C. A.'

O 4º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através da Senhora Deputada Maria da Conceição Brasil, foi um voto de pesar pelo falecimento de Artur Maria Tavares. Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O 5º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Candelária, João Alberto Silva Pereira, foi um voto de congratulação pelos 40 anos de carreira de João Manuel Martins, o "Palhaço Pezinho".

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Ginetes associou-se a este voto.

Colocado à votação, este voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

O 6º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado António Canotilho, foi igualmente um voto de pesar pelo falecimento de Artur Maria Tavares. Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O 7º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, através da Senhora Deputada Vera Pires, foi um voto de saudação pelos 40 anos do 25 de abril.

Colocado à votação, este voto de saudação foi aprovado, por maioria, com os votos favoráveis do Bloco de Esquerda, PS e Movimento Santa Clara Vida Nova, e a abstenção do PSD.

Pedi a palavra para apresentar declaração de voto o Senhor Deputado Luís Maurício, na qual manifestou perante a Assembleia, que se absteve na votação, não por estar contra o espírito de abril, antes pelo contrário, mas porque não se revê na linguagem do voto, conceptualmente incompatível com a social-democracia.

O 8º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS através do Senhor Deputado Noé Rodrigues, foi igualmente um voto de saudação pelo 40º aniversário do 25 de abril.

Colocado à votação, este voto de congratulação foi aprovado, por maioria, com os votos favoráveis do Bloco de Esquerda, PS e Movimento Santa Clara Vida Nova, cinco deputados do PSD e a abstenção do restante grupo Municipal do PSD.



Pediram para apresentar declaração de voto o Senhor Deputado Jorge Macedo, o Senhor Deputado Francisco Guedes e o Senhor Deputado Sérgio Ávila.

O Senhor Deputado Jorge Macedo, na sua declaração de voto relevou uma omissão, no teor do voto de congratulação, relativamente às responsabilidades do governo anterior, sob a liderança de José Sócrates, para a situação que atualmente o país atravessa.

O Senhor Deputado Francisco Guedes justificou o seu voto favorável por se rever no espírito de abril, bem como nos votos formulados pelo PS.

No mesmo sentido, o Senhor Deputado Sérgio Ávila, exprimiu a sua identificação com o espírito de abril e com o voto apresentado, mesmo sendo mais novo.

O 9º voto, apresentado pelo Movimento Santa Clara Vida Nova, através do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, António Cabral, foi um voto de congratulação pelas obras de beneficiação e ampliação da Escola EB/JI do Ramalho, pelo facto de terem sido concluídas, e pela melhoria que trazem à freguesia de Santa Clara.

O Grupo Municipal do PS, através do Senhor Deputado Ricardo Cabral, associou-se a este voto.

Após ter sido colocado à votação, o voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

O 10º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através da Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco, foi um voto de congratulação pela distinção atribuída ao miradouro da Vista do Rei, no âmbito do turismo no concelho de Ponta Delgada.

O Senhor Deputado Sérgio Ávila pediu a palavra para fazer menção ao documentário televisivo de divulgação das Sete Cidades, já submetido à reunião de Câmara, focalizado nas vertentes da geologia, história e cultura.

Após ter sido colocado à votação, o voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

O 11º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através da Senhora Deputada Cristina Noronha, foi um voto de congratulação pelos 60 anos da Associação de Patinagem de Ponta Delgada.

Colocado à votação, este voto foi aprovado por unanimidade.

O 12º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado António Canotilho, foi igualmente um voto de congratulação pelo 60º aniversário da Associação de Patinagem de Ponta Delgada.

Colocado à votação, este voto foi aprovado por unanimidade.

O 13º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através da Senhora Deputada Teresa Ferreira, foi um voto de louvor pelo dia Do Trabalhador.

O Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado Luís Maurício, associou-se ao voto de louvor.

Colocado à votação, este voto de louvor foi aprovado por unanimidade.

Pedi a palavra o Senhor Deputado Gilberto Rodrigues, para expressar o seu regozijo por não se vislumbrar aproveitamento político na linguagem deste voto.

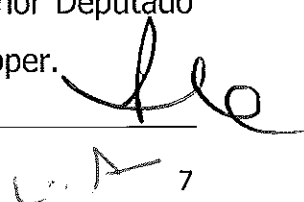
O 14º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através do Senhor Deputado Carlos Brum Melo, foi um voto de louvor pelo 80º aniversário do Marítimo Sport Clube.

Colocado à votação, este voto de louvor foi aprovado por unanimidade.

O 15º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado Rui Guilherme Pacheco, foi igualmente um voto de congratulação pelo 80º aniversário do Marítimo Sport Clube.

Colocado à votação, este voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

O 16º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através do Senhor Deputado Ricardo Cabral, foi um voto de congratulação pelos 70 anos do Café Clipper.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

O Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado Luís Maurício, associou-se ao voto.

Colocado à votação, este voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

O 17º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através do Senhor Deputado André Carvalho, foi um voto de saudação à Festa de Música "Tremor", pelo que representa enquanto evento cultural e de empreendedorismo.

O Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado Jorge Macedo, associa-se a este voto, dadas as parcerias culturais, desportivas e sociais aqui patentes.

Colocado à votação, este voto de saudação foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se a apresentação de duas recomendações.

A 1ª recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, através da Senhora Deputada Vera Pires, foi no sentido de se garantir um espaço infantil de recreio, em permanência, no Campo de São Francisco.

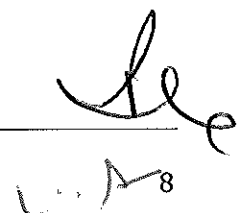
O Grupo Municipal do PS, através da Senhora Deputada Dora Noronha, associou-se à recomendação, sublinhando a importância deste espaço para as crianças, bem como a tradição de ambiente social do Campo de São Francisco.

O Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado Luís Maurício, associou-se a esta recomendação, mas salvaguardada num regime de parcerias com a Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres.

Colocada à votação, esta recomendação foi aprovada por unanimidade.

A 2ª recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, através do Senhor Deputado Carlos Brum Melo, foi no sentido da publicitação de documentação relativa à Assembleia Municipal, em especial dos respetivos editais e atas, no site da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Colocada à votação, esta recomendação foi aprovada por unanimidade.



Handwritten signature and initials, possibly 'LMA' with a superscript '8'.

A finalizar o período de antes da Ordem do dia, foi colocada à discussão e votação a Ata de 19 de fevereiro.

Pedi para intervir a Senhora Deputada Vera Pires, para apresentar dois pedidos de correção, precedidos de uma nota, relacionada com o lapso na referência, em Ata, à data da reunião, onde está escrito 20 de fevereiro, e deveria estar 19 de fevereiro. No ponto 6, em que a votação expressa uma aprovação por unanimidade, quando a representante do BE não estava na sala, no seu entender, o resultado da votação não deveria ser considerado a unanimidade; no ponto 9, em que se refere que o BE se absteve, quando o sentido do voto foi contra, deveria ficar registado em Ata que o BE votou contra.

Sobre a questão colocada relativamente ao ponto 6, a posição da Senhora Deputada Isabel Rodrigues, que pediu a palavra para abordar a questão suscitada, em linha, aliás, com diversos outros deputados, que de forma espontânea se manifestaram discordantes, é de que a expressão de unanimidade se aplica à unanimidade de todos os presentes, tal como preveem a Lei e o próprio regimento, além de salvaguardarem a possibilidade de quem se ausenta da sala dar nota desse facto à Mesa.

Perante estes argumentos, a objecção do BE quanto ao ponto 6, não foi considerada procedente. Quanto à correção pedida para o resultado da votação do ponto 9, a mesma foi tida em conta, o mesmo acontecendo com a indicação correta da data, passando a redação da Ata, na sua versão assinada nos termos da Lei, a incluir as alterações propostas e aceites.

Colocada à votação, a Ata da Assembleia Municipal de 19 de fevereiro foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do PSD, PS e Movimento Santa Clara Vida Nova, e a abstenção do BE.

Seguiu-se um período dedicado a intervenções de diverso teor, nomeadamente críticas, sugestões ou pedidos de esclarecimento.

Abriu este período de intervenções a Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco, para reiterar o pedido de esclarecimentos sobre o ponto de situação do trânsito na rua dos Mercadores já efetuado na reunião de 19 de dezembro, recorrendo, para o efeito, à transcrição da parte da Ata daquela reunião que reporta à sua intervenção e à resposta dada na ocasião pelo Senhor Presidente da Câmara, a qual apoiou na sua constatação de que não se assistiu, desde essa altura, aos progressos que seriam expectáveis.

Em seguida, interveio Carolina Bastos, para solicitar esclarecimentos sobre a aplicação, no Município de Ponta Delgada, da Lei das 35 horas de trabalho semanal, nomeadamente o ponto de situação das negociações com as entidades sindicais. Expressou igualmente a sua congratulação pela aplicação da remuneração complementar, relativamente à qual solicitou elementos adicionais, caso existam.

Pedi em seguida a palavra o Senhor Deputado Hélder Borges, para sinalizar a coincidência das eleições europeias com as festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, e perguntou se há medidas previstas para obviar as incompatibilidades.

A intervenção seguinte coube à Senhora Deputada Lisa Ventura, que pelo facto de estar a participar pela 1ª vez na sessão da Assembleia Municipal começou por dirigir ao Município um agradecimento pessoal, pelo serviço cívico que é prestado em cada reunião. Apresentou em seguida um alerta sobre a mudança de posição da estátua da Madre Teresa da Anunciada, designadamente pelos riscos de acidente originados pela coroa de espinhos, que dista agora a apenas 1,40 m do chão. Referiu-se ainda à valorização da memória de Antero de Quental, para questionar o que é que se pretende fazer e como é que se vai concretizar.

Foi em seguida dada a palavra à Senhora Deputada Isabel Rodrigues, para levantar a questão do protocolo de revitalização do centro histórico com a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada (CCIPD), tornado público em 2012, e cuja verba ascendia a 600 mil euros. Tratando-se de um propósito assumido pelo Senhor Presidente da Câmara, enquanto Vice-Presidente do mandato anterior, defendeu que

é agora a oportunidade de mostrar contas da respetiva execução e de prestar a informação sobre os impactos que teve nessa mesma revitalização.

A concluir esta série de intervenções, o Senhor Deputado Carlos Brum Melo pediu esclarecimentos sobre os progressos do Observatório Municipal sobre o Trabalho e o Emprego, e sobre atribuição de bolsas de estudo para jovens.

A fim de ser dada resposta aos pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara começou por saudar todos os munícipes, em virtude de ter passado a ser possível o acompanhamento integral, em direto, através da Página na Internet da Câmara Municipal, das reuniões da Assembleia Municipal.

Relativamente ao trânsito da Rua dos Mercadores, registou a coerência entre as posições refletidas nas duas reuniões. Perante duas posições tão antagónicas, e a partir da avaliação realizada pela Comissão Municipal de Segurança Rodoviária, foi produzido um relatório, posteriormente submetido à reunião de Câmara, no qual se aponta para a solução das vias coexistentes (pedonal e de circulação), com a colocação de pilaretes e criação de espaços de cargas e descargas.

Sobre a Lei das 35 horas, começou por afirmar que a Câmara Municipal sempre defendeu as 35 horas de trabalho semanal. Mas depois de ser conhecida a constitucionalidade da Lei que impunha as 40 horas, teve que se aplicar o novo horário. Havendo no entanto a possibilidade legal de, mediante a celebração de acordos com os trabalhadores, e desde que homologado pelo Governo da República, adotar o regime de 35 horas, foram encetadas negociações que resultaram em acordo com dois sindicatos – o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e o Sindicato Nacional das Polícias Municipais. Com o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local não foi possível chegar ainda a um consenso. O resultado foi posteriormente submetido ao Governo da República, para apreciação, tendo sido recomendados alguns acertos, que é o que está em causa, neste momento. Prevê-se, salvo os eventuais impedimentos de entidades externas, que a aplicação do regime de 35 horas venha a ocorrer a partir de 1 de junho.

Em relação à remuneração complementar, situou o problema no contexto em que a medida está a ser aplicada, e que decorre de uma deliberação favorável da Câmara e da Assembleia Municipal. Na aplicação desta remuneração, levantaram-se questões quanto à sua adaptação ao trabalho extraordinário, em que as disposições legais regionais impõem diminuição no caso de haver trabalho extraordinário. Na tentativa de encontrar uma solução para esta disparidade, foi aberta uma reflexão sobre a questão, tendo endereçado um pedido aos intervenientes e políticos no sentido de reformular esta lógica, para repor o sentido inicial: compensar o custo da insularidade. No entanto, a Assembleia Legislativa Regional tomou a decisão de reconfirmar a lógica atual da Lei.

Quanto ao problema da coincidência das eleições europeias com as Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, comunicou que foram consultadas as juntas de freguesia, tendo sido encontradas soluções para reduzir os impactos, nomeadamente através da deslocalização das mesas de voto, nas situações em que essa deslocalização se justifica.

Sobre os riscos associados ao reposicionamento da estátua da Madre Teresa da Anunciada, informou que esta alteração tinha sido pedida pela Irmandade do Senhor Santo Cristo, tal como a descida do pedestal, e que a pretensão fora validada por votação pública e aprovada pela Direção Regional da Cultura, entidade que acompanhou a execução desta intervenção. Reconheceu, ainda assim, que poderá ser feita uma avaliação continuada desses mesmos riscos. No caso concreto das Festas do Senhor Santo Cristo, o problema perde relevância, pois as próprias barracas impedem o acesso, funcionando como proteção.

Respondendo às questões colocadas sobre as medidas a tomar para preservação da memória de Antero de Quental, informou que foi solicitado o apoio e a parceria da Universidade dos Açores para a prossecução desse objetivo.

Relativamente ao problema suscitado sobre o protocolo com a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, frisou que, caso o protocolo fosse avante, e dada a candidatura a fundos comunitários que o mesmo implicaria, a Câmara entraria com a

verba de 50 mil euros, e não 600 mil euros, como foi referido. Como o protocolo não foi avante, o propósito não teve consequências.

No que se refere ao Observatório do Emprego, asseverou que o projeto está para avançar em coparticipação com os membros do observatório.

Quanto à atribuição de Bolsas de Estudo, salientou as crescentes restringências da legislação na atribuição de prémios, pelo que será necessário reequacionar em regulamento os normativos legais.

Pedi para apresentar contraditório sobre a questão do protocolo com a CCIPD com a Senhora Deputada Isabel Rodrigues, insistindo no propósito tornado público em 23 de abril de 2012, comprovado no comunicado da Senhora Presidente da Câmara à altura, a Dr.^a Berta Cabral, e que ainda se encontra disponível no *site* da Câmara. Nesse comunicado, do qual fez questão de citar algumas frases, sublinhou a afirmação de que a "Autarquia vai assinar o protocolo com a CCIPD", e a referência a um investimento global superior a 600 mil euros.

Sobre a questão da remuneração complementar e a forma como se conjuga com a lei das 35 horas, lembrou que esta foi uma decisão da Assembleia Legislativa Regional expressa em votação, por unanimidade, e que a compatibilização do regime das 35 horas com o pagamento das horas extraordinárias é uma preocupação do Governo, distinguindo-se, para esta conciliação ser possível, entre o que são horas extraordinárias propriamente ditas, para fazer face a necessidades pontuais dos serviços, e a contratação de trabalhadores, quando se está perante necessidades permanentes.

O Senhor Deputado Carlos Brum Melo pediu a palavra para lembrar as competências do Senhor Presidente da Câmara em matéria de emprego, cujo reconhecimento motivou o seu pedido de esclarecimentos anterior, e manifestou a sua convicção de que a Câmara poderia ir mais longe.

O Senhor Deputado Jorge Macedo pediu para intervir relativamente à questão do protocolo com a CCIPD, para reafirmar que o projeto não se concretizou. Havia

simplesmente uma parceria tripartida, em que duas partes não apresentaram a candidatura aos fundos comunitários. No que respeita à questão da remuneração complementar, sublinhou que o PSD errou na forma como se pronunciou na Assembleia Legislativa Regional ao votar a norma do orçamento sobre horas extraordinárias, e que é sua intenção corrigir o erro.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrado o período de antes da Ordem do Dia, pelas dezassete horas e dez minutos, determinando a realização de um intervalo de 20 minutos, antes do retomar dos trabalhos.

ORDEM DO DIA

Intervieram no debate do período da Ordem do Dia, para além do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, o Senhor Vereador Pedro Filipe Furtado, a Senhora Vereadora Fátima Rego Ponte, a Senhora Deputada Vera Pires (BE), o Senhor Deputado André Filipe Carvalho (PS), o Senhor Deputado Sérgio Ávila (PSD), o Senhor Deputado Ricardo Cabral (PS), a Senhora Deputada Conceição Brasil (PS) e a Senhora Deputada Lisa Garcia (PS).

PONTO 1 - INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA

Começou por intervir o Senhor Presidente da Câmara, após endereçar cumprimentos à Mesa da Assembleia Geral e a todos os presentes e depois do reconhecimento de que a informação, já distribuída, é suficientemente esclarecedora dos diversos pontos sinalizados como mais relevantes sobre a atividade camarária, incluindo a informação financeira do Município até à data de 23 de abril de 2014. Entendeu no entanto justificar-se o destaque de algumas ações e medidas, que passou a elencar:



- A definição da solução para a rua dos Mercadores, através da aprovação da proposta da Comissão Municipal de Segurança Rodoviária;
- A consonância da conciliação da remuneração complementar com as horas extraordinárias, patente nas diligências efetuadas, bem como nas solicitações pontuais e previstas, em que regista o empenho dos trabalhadores a sensibilidade do Município;
- No âmbito do orçamento participativo, o III Encontro Ibérico de Orçamentos Participativos, que terá lugar em Ponta Delgada, em 2016, e para o qual serão convidadas cidades com orçamento participativo, para além da Península Ibérica, do resto da Europa e da América do Sul;
- Os protocolos com as Juntas de Freguesia, que se traduziram em transferências no montante de 1 milhão e 500 mil euros;
- O Protocolo com a Universidade dos Açores para a atribuição do Prémio Margarida de Chaves – o Senhor Presidente da Câmara aproveitou a ocasião em que se referiu ao Prémio Margarida de Chaves para adiantar que está em curso uma reflexão para a proposta de um regulamento destinado a garantir o prémio de mérito a todos os alunos do concelho de Ponta Delgada;
- A renovação da imagem da Câmara Municipal, inserida na comemoração do 468º aniversário da cidade, e que se materializou na adoção de um novo logotipo – ao abordar o tema da nova imagem da Câmara Municipal e do novo logotipo, adiantou que irá propor, no final do período de antes da Ordem do Dia, que seja agendado para último ponto, em adenda à Ordem de Trabalhos, a extensão do logotipo à Assembleia Municipal, salvaguardando a característica distintiva da cor dourada, para este órgão municipal;
- A inauguração das instalações do Gabinete de Apoio ao Desporto, bem como a cedência a Associações Desportivas de parte das instalações;
- As reuniões com os munícipes para informação e formação sobre o Orçamento Participativo;
- A conclusão das obras do Caminho do Atalho, na freguesia das Feteiras;
- A Reabilitação dos Campos de Futebol da responsabilidade do Município;

- A redução do prazo médio de pagamentos para 16 dias registada no 4º trimestre de 2013;
- A entrega da Escola do Ramalho, antes do prazo previsto no caderno de encargos – registou, a este propósito, o reconhecimento do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara.

Feita a síntese de ações e medidas do âmbito da Atividade Camarária, o Senhor presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a proposta de inclusão de um novo ponto na Ordem do dia: Ponto 14 – Extensão do logotipo da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

A Assembleia aprovou a proposta, por unanimidade.

Seguiu-se o período de debate sobre o Ponto nº 1, no qual fizeram uso da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados que pediram para intervir.

A primeira intervenção coube ao Senhor Deputado Ricardo Cabral, para levantar duas questões: a primeira, relacionada com a igualdade de distribuição dos tempos de treino no Campo de Jogos Jácome Correia, e a segunda, relacionada com a estátua de João Paulo II, prevista para o aeroporto, e uma promessa antiga da Dr.ª Berta Cabral, como fez questão de frisar.

Em seguida, o Senhor Deputado André Carvalho alertou para uma consequência da obra de elevação das passadeiras na Av. D. João III: com essa alteração, o trânsito deslocou-se para a rua Hugo Moreira e para a rua do Poço, reaparecendo o problema. Aproveitou para questionar o executivo sobre eventuais medidas, previstas ou aplicadas.

Na intervenção seguinte, o Senhor Deputado Sérgio Ávila reservou o seu tempo à ênfase de três aspetos que identificou com particular relevância na informação prestada sobre a atividade camarária: um primeiro, incluído na informação

financeira, foi a redução dos prazos médios de pagamento, sobretudo se se tiver em conta o contexto atual ao nível do país. Um segundo aspeto foi a conclusão da empreitada da escola do Ramalho, sendo de relevar a entrega antes do final do prazo previsto e sem derrapagem financeira. Finalmente, um terceiro aspeto foi a opção de não se levar para a frente o projeto do Museu de Arte Contemporânea, apesar de ter que se admitir que as obrigações financeiras decorrentes das fases anteriores têm que ser cumpridas.

Na sua intervenção, a Senhora Deputada Vera Pires chamou a atenção para a recuperação e identificação dos jazigos de Alice Moderno e Maria Evelina de Sousa, sobre a qual já havia sido aprovada uma recomendação em Assembleia Municipal, pelo que pediu esclarecimentos sobre o andamento do processo. Sinalizou igualmente, no que respeita ao orçamento participativo, que o *site* da Câmara Municipal, no separador reservado a como participar, faz referência a um formulário, mas o mesmo não está disponível. A concluir a sua intervenção destacou, pela positiva, o facto da informação sobre a Atividade Camarária distribuída aos membros da Assembleia ter passado a incluir já os dados relativos à Divisão de Desenvolvimento Social e à Polícia Municipal, no seguimento das sucessivas recomendações anteriormente apresentadas nesse sentido.


Intervio de seguida a Senhora Deputada Conceição Brasil, para perguntar se existe alguma decisão relativamente à taxa de RSU, que pelo facto de se encontrar indexada ao consumo representa um encargo bastante penalizados para muitas empresas e famílias. Referiu o exemplo dos Bombeiros, para demonstrar a desadequação desta medida.

Intervio ainda a Senhora Deputada Lisa Garcia, para reiterar as dúvidas já manifestadas quanto à forma como irá ser feita a valorização da memória de Antero de Quental. Atendendo à informação de que irá recorrer-se ao apoio da Universidade dos Açores, perguntou se a Câmara iria deixar as decisões apenas nas mãos da Universidade, e se foi fixado algum prazo para as ações a desenvolver.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu em seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às intervenções e prestar os esclarecimentos pedidos.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Ricardo Cabral sobre a utilização do campo de Jogos Jácome Correia, começou por assinalar que naquela intervenção estava subjacente uma reivindicação do Grupo Desportivo de Santa Clara. Atualmente, o Marítimo Sport Clube e o Clube União Micaelense são os clubes que utilizam, e esgotam, o calendário disponível. No entanto, o Campo de Jogos de Santo António tem sido disponibilizado ao Clube Desportivo Santa Clara, não havendo aqui grandes alternativas. Quanto aos horários específicos, o Senhor Presidente da Câmara delegou no Senhor Vereador Pedro Furtado a prestação de esclarecimentos mais detalhados. Antes porém, para responder à questão sobre a estátua de João Paulo II, avançou que já foi assegurado o transporte da estátua de Lisboa para Ponta Delgada, faltando neste momento a construção do pedestal. Em virtude de haver propostas para outras localizações, informou que irá ser realizado um estudo e que este assunto deverá ser contemplado no próximo orçamento Municipal. Acrescentou ainda que os valores do projeto inicial para o pedestal requeriam afiguravam-se incomportáveis.

Conforme fora solicitado pelo Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vereador Pedro Furtado informou a Assembleia sobre o funcionamento e os horários de utilização do Campo de Jogos Jácome Correia. Esclareceu que de 2ª a 6ª feira o Campo é utilizado pelos três clubes, em horário pós-escolar, e aos fins de semana está reservado, de acordo com um protocolo com a Associação de Futebol de Ponta Delgada, para a realização de jogos oficiais. No início de cada época desportiva (junho/julho) é feita uma reunião de preparação da época desportiva seguinte.



Pediu a palavra o Senhor Deputado Ricardo Cabral, para reformular os termos da pergunta: trata-se da igualdade de distribuição dos tempos. E advogou, que em termos de distribuição de tempos essa igualdade não se verifica.

O Senhor Vereador Pedro Furtado explicou que nos últimos anos foi visível um abandono das instalações, patente na baixa taxa de utilização, o que motivou as medidas que foram tomadas para o seu preenchimento. Além de que o Santa Clara, como fez questão de frisar, ocupa quase exclusivamente o Campo de Santo António. Adiantou ainda que está em curso a possibilidade de o Santa Clara vir a usar o Campo de Santo António gratuitamente.

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para informar que a questão do aumento dos riscos noutras ruas causados pela atitude dos condutores evitarem as passadeiras elevadas já fora suscitada na reunião de Câmara. Mas sobre o procedimento relativo esta obra delegou na vereadora Fátima Rego Ponte esclarecimentos adicionais.

A Senhora Vereadora Fátima Rego Ponte, ao tomar a palavra, começou por afirmar que a medida foi tomada devido ao perigo identificado e comprovado pelos inúmeros acidentes ocorridos. Sendo natural que muitos condutores recorram a outras vias, o facto é que não está ao alcance do Município impedir essa opção. Adiantou que já têm sido sinalizadas queixas nas outras vias, equacionando-se a possibilidade de também ali se elevarem passadeiras. No entanto, fez questão de referir que a configuração das duas vias é diferente, sendo a situação muito mais grave na av. D. João III. Noutra via próxima, a rua do Poço, também já foi sinalizado o mesmo problema, embora aí se trate de uma infração, porque a rua do Poço é interdita ao trânsito, exceto a moradores, e cargas e descargas.

Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara, tendo começado por manifestar a sua satisfação pelas considerações feitas pelo Senhor Deputado Sérgio Ávila relativamente ao cancelamento das obras do Museu de Arte Contemporânea.

Aproveitou par situar esta opção no âmbito do reforço de aposta na oferta educativa, e também na evidência de que a obra representaria uma duplicação de meios. Em seguida, para responder à questão colocada pela Senhora Deputada Vera Pires sobre a situação do jazigo de Alice Moderno e Maria Evelina de Sousa, passou a palavra ao Senhor Vereador Pedro Furtado.

O Senhor Vereador Pedro Furtado esclareceu que está a decorrer um processo relativamente a este jazigo, e que o mesmo fazia parte de uma lista de abandonos, devido ao mau estado de conservação. Adiantou ainda que foi reconhecida uma concessionária, por ter feito prova desse direito, e efetuado o respetivo averbamento, tendo-lhe sido determinado que procedesse às necessárias obras de conservação, determinação a que até à data não deu cumprimento. A referida concessionária terá sido notificada, segundo indicação dos serviços, na data de 24 de abril, para a obrigatoriedade de proceder às obras.

Retomando a palavra, e respondendo ao alerta sobre a inexistência do formulário do Orçamento Participativo no *site* da Câmara, o Senhor Presidente da Câmara garantiu que na 6ª feira seguinte à presente sessão o mesmo estará disponível no *site*, e que ainda hoje [30 de abril] será disponibilizado em papel à Senhora Deputada. Quanto ao elogio, endossou-o à Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social, e também à Vereadora Fátima Rego Ponte e ao Comandante da Polícia Municipal.

Sobre os tarifários RSU, afixou que esta problemática irá ser avaliada. No entanto, fez questão de salientar que todas as medidas relacionadas com o tarifário foram tomadas em cumprimento dos normativos legais e de diretivas comunitárias. Salientou ainda que se tem verificado que a entidade reguladora tem vindo a adquirir um poder regulamentar vinculativo. Reconheceu que o impacto é, de facto, nalguns casos, penalizador, embora também possa suceder o contrário. O que se está neste momento a pensar para solucionar o problema é o estabelecimento de um teto, visto existirem consumos que não se enquadram na estimativa de produção de resíduos (jardins, agricultura, etc.). O princípio do normativo fica respeitado, mas é ajustado

com este teto, hoje mesmo aprovado em reunião de Câmara, e que é independente do consumo de água: 30 m3 para uso doméstico, entre os 150 m3 e os 300 m3, para as instalações industriais.

A finalizar a sua intervenção, sobre a questão da valorização da memória de Antero, assumiu que não tem a ousadia de antecipar a resposta, mas garantiu que essa preocupação se resume ao banco, eventualmente com aposição de sinalética alusiva, e/ou vedação do espaço. Referiu também a oposição da família de Antero de Quental em que seja dado destaque ao facto histórico da sua morte, pelo que é necessário atingir-se um ponto de equilíbrio. Aproveitou para anunciar mais uma vez que o Campo de São Francisco será entregue à população antes das Festas do Senhor Santo Cristo.

PONTO 2 – CIDADE EM ACÇÃO – SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, EQUIPAMENTOS URBANOS, EM, SA – CLASSIFICAÇÃO DE PRÉDIOS COMO DE INTERESSE MUNICIPAL

Foi presente o Ofício 6857/2014, da Câmara Municipal, sob o assunto designado em epígrafe, para efeitos de aprovação por parte da Assembleia.

Antes de se iniciar a discussão deste ponto, a Senhora Deputada Isabel Rodrigues fez uma interpelação à Mesa no sentido do Ponto nº 2 e o Ponto nº 3 serem abordados em conjunto.

Após se verificar que a Assembleia não se opunha a que a abordagem fosse feita conjuntamente, a Senhora Deputada Isabel Rodrigues começou por salientar que estes pontos suscitam dúvidas importantes: tendo em conta as leis 75/2013, de 12 de setembro, e o Regime Jurídico do Património Cultural, invocadas na proposta, para além da Lei que rege os procedimentos nesta vertente, e que não é invocada, esta deliberação está vedada à Assembleia Municipal. Ao mesmo tempo, é possível questionar quais os valores que se pretende preservar, as categorias em que se enquadram, os fins previstos. Daí que seja de reiterar a dúvida inicial: por que razão são trazidos à Assembleia Municipal?

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou por contra-argumentar com a observação de que a proposta é feita pelas empresas. Deste modo, se a competência da Assembleia Municipal é posta em causa, não há um prejuízo do debate. Moveu-nos, como afirmou, a preocupação de preservar aquele espaço para a construção do estabelecimento prisional.

Em resposta, a Senhora Deputada Isabel Rodrigues sublinhou que a construção da prisão é uma responsabilidade do Estado que nunca foi assumida. Além disso, enunciou um conjunto de fatores que contrariam o teor proposta: não se pode classificar um projeto; a Assembleia Municipal não tem competências para o fazer; as finalidades invocadas nada têm a ver com a salvaguarda do património. Logo, a Câmara terá que encontrar outros meios para preservar os terrenos. O pedido implica uma contradição clara, porque são suspensos, por força da lei, num contexto de classificação como o que é proposto, os diversos atos previstos para estes terrenos: construção, licenciamento, etc.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Francisco Guedes, para assinalar que dada a exaustiva análise jurídica feita pela Senhora Deputada Isabel Rodrigues, estes pontos deveriam ser devolvidos ao órgão executivo.

Interveio em seguida o Senhor Deputado Luís Maurício para frisar que o PSD não está contra a retirada destes pontos e a reapreciação dos mesmos em reunião de Câmara. Relevou no entanto a incoerência entre a decisão da Câmara e a posição do PS em Assembleia Municipal.

Em resposta, o Senhor Deputado Noé Rodrigues, manifestou a sua discordância com os argumentos apresentados pelo Senhor Deputado Luís Maurício, refutando-os com base na constatação de que está em causa, não a posição tomada em reunião de Câmara, mas uma proposta trazida à Assembleia, e sublinhou que esta Assembleia está atenta ao cumprimento da Lei.

Colocada à votação a proposta de retirada dos dois pontos em apreço, a Assembleia deliberou, por unanimidade, no sentido dos mesmos serem retirados e devolvidos ao executivo para reapreciação.

PONTO 3 – AZORES PARQUE – SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PARQUES EMPRESARIAIS, SA - CLASSIFICAÇÃO DE PRÉDIOS COMO DE INTERESSE MUNICIPAL

Foi presente o Ofício 6858/2014, da Câmara Municipal, sob o assunto designado em epígrafe, para efeitos de aprovação por parte da Assembleia.

O debate em torno deste ponto, de acordo com a decisão tomada, por unanimidade, e registada no texto do ponto anterior, foi feito conjuntamente, devendo os resultados do debate ser tomados igualmente em conjunto, pelo que se remete para a descrição do debate do Ponto 2 a abordagem do Ponto 3.

De igual modo, de acordo com a proposta de retirada dos Pontos 2 e 3, aprovada por unanimidade, a Assembleia deliberou, por unanimidade, retirar este ponto e devolvê-lo, ao executivo, para reapreciação.

PONTO 4 – CIDADE EM ACÇÃO – SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, EQUIPAMENTOS URBANOS, EM, SA – NOMEAÇÃO DE FISCAL ÚNICO

Foi presente o Ofício 8617/2014, da Câmara Municipal, sob o assunto designado em epígrafe, para efeitos de aprovação por parte da Assembleia.

O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para prestar uma informação adicional, relativamente aos termos da proposta em apreço, a qual decorre de uma atualização do custo que lhe está associado. Em vez dos 4.500 euros que eram referidos aquando da submissão do documento, a proposta passou a contemplar 4.000 euros, sendo este montante o atual valor de referência.

Colocada à votação, a proposta foi aprovada, por maioria, com os votos favoráveis do PSD, PS, e Movimento Santa Clara Vida Nova, e a abstenção do Bloco de Esquerda.

**PONTO 5 – CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO LOCAL DE EDUCAÇÃO –
DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL Nº 13/2013/A, DE 30 DE AGOSTO**

Foi presente o Ofício 8674/2014, da Câmara Municipal, sob o assunto designado em epígrafe, para conhecimento por parte da Assembleia.

O Senhor Presidente da Câmara começou por precisar a designação do Ato de que se dá conhecimento à Assembleia, frisando que se trata da instalação do Conselho Local de Educação (CLE) e não a sua constituição, como erradamente consta do título deste assunto. Acrescentou ainda que, sendo um órgão de corresponsabilidade da Câmara e da Assembleia Municipal, justifica-se que seja dado conhecimento à Assembleia desse ato. Para prestar informações à Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara delegou a palavra no Senhor Vice-Presidente, que passa a presidir ao CLE, aproveitando para saudar os deputados e os munícipes que integram aquele órgão. O Senhor Vice-Presidente, a par de uma explanação geral sobre a constituição deste órgão, descreveu a primeira sessão de trabalhos do CLE, em que foi aprovado o regimento interno, eleito o relator (o Senhor Deputado Sérgio Ávila), lançadas as premissas para agregar a Universidade dos Açores na prossecução de objetivos comuns, e apresentado o Anteprojeto da Carta Educativa de Ponta Delgada.

A Senhora Deputada Isabel Rodrigues pediu a palavra para manifestar a sua congratulação com a instalação do CLE, tendo desejado que este órgão desenvolva um bom trabalho em prol do desenvolvimento educativo das crianças e jovens do concelho.

O Senhor Deputado Sérgio Ávila também pediu para intervir, para relevar o entusiasmo e a pluralidade das propostas, enfatizando ainda o trabalho já desenvolvido pelo Senhor Vice-Presidente. Sublinhou também o facto de as reuniões irem decorrer com frequência superior ao previsto, e referiu-se, tal como o Senhor Vice-Presidente, ao regimento e à Anteproposta da Carta escolar. Informou ainda que as propostas serão incorporadas na Carta Educativa dos Açores.

A Assembleia tomou conhecimento.

PONTO 6 – PROPOSTA DA 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA E DA DESPESA

Foi presente o Ofício 8759/2014, da Câmara Municipal, sob o assunto designado em epígrafe, para efeitos de aprovação por parte da Assembleia.

Pedi para intervir o Senhor Deputado Noé Rodrigues, tendo, em primeiro lugar, referido que esta é uma questão normal e que não carece de reparos especiais. Mo entanto questiona o facto da rubrica que irá beneficiar da transição dos resultados que está subjacente a esta revisão orçamental ser a “Aquisição de Bens e Serviços”, quando a verba em questão talvez pudesse ser alocada a outras rubricas, por exemplo, investimentos.

Em resposta, e como esclarecimento, o Senhor Presidente da Câmara começou por subscrever a primeira referência feita. No entanto, precisou, o que está aqui em causa é a necessidade objetiva que resulta do aumento da faturação com Iluminação Pública. Se se verificar que ela não seja necessária, poderá fazer-se uma alteração orçamental, ficando declarado esse compromisso.

Colocada à votação, a proposta de 1ª revisão orçamental da receita e da despesa foi aprovada por maioria, com os votos a favor do PSD e a abstenção do PS, BE e Movimento Santa Clara Vida Nova.

PONTO 7 – PRESTAÇÃO DE CONTAS E INVENTÁRIO – ANO DE 2013, DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Foi presente o Ofício 8760/2014, da Câmara Municipal, sob o assunto designado em epígrafe, para efeitos de aprovação por parte da Assembleia.

Precedeu o debate sobre este ponto uma apresentação, por parte do Senhor Presidente da Câmara, dos quadros de referência dos Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal, acompanhada de breves explicações e esclarecimentos.

Antes porém, relevou a informação prestada pelo ROC, através do parecer que, nos termos legais, certifica as contas do Município. Aproveitou ainda o ensejo para endereçar à Divisão de Gestão Financeira um especial elogio e a gratidão da Câmara pelo empenho na elaboração do documento que aqui se apresenta. Chamou igualmente a atenção para o impacto que as alterações legais tiveram sobre este documento, ao nível da Contabilidade.

A abrir o debate, pediu para intervir o Senhor Deputado Noé Rodrigues. Começou por manifestar o reconhecimento de que o exercício não é fácil. As exigências são muitas, os recursos escassos. E estas dificuldades estão aqui patentes. No entanto, deve destacar-se que as receitas com loteamentos e publicidade desceram, tal como a receita da derrama, e que os impostos indiretos todos eles subiram, compensando a quebra. Deve destacar-se também que as receitas de estacionamento sofreram uma quebra, embora tal se deva a uma transferência para as Empresas Municipais. Em relação a 2012, houve uma diminuição superior a 92% dos resultados líquidos, o que terá resultado de uma quebra significativa dos resultados operacionais. O resultado líquido resulta sobretudo dos resultados financeiros, tendo em conta o grau de execução constatado, e a redução da dívida e dos prazos médios de pagamento, embora se saiba que há aqui uma imposição da Lei. A saúde financeira das Empresas Municipais é de alguma forma preocupante: sobrevivem dos subsídios à exploração e da aquisição de serviços, em concurso, dirigidos especificamente às mesmas (o caso do curso carnavalesco). Se estas empresas passarem a integrar o perímetro orçamental da Câmara, nós poderemos ter grandes dificuldades. Terá que haver um grande esforço de "emagrecimento".

Interveio em seguida a Senhora Deputada Conceição Arruda, que começou por afirmar que na análise da empresa deve ter-se em conta o relato financeiro e a forma como ele é assegurado, a forma como os dados refletem a prossecução dos objetivos, no quadro da análise de per si, da análise orçamentada e na comparação homóloga. Daí que seja de realçar o aumento da receita corrente e a diminuição das despesas de capital. Salientou ainda que o método de orçamentação das receitas, determinado por lei, está a empolar as receitas. Destacou a diminuição da receita

total; o aumento da despesa corrente, já referido, justificado pelo aumento da despesa com pessoal, por via da integração da empresa Ponta Delgada Social; a já referida diminuição da despesa de capital; a taxa de autofinanciamento, que se situou nos 46%. Sobre o resultado negativo, observou que a não especialização do exercício nas receitas foi uma influência determinante. Sublinhou ainda o não recurso ao endividamento e o fecho do sistema da contabilidade de custos.

Na intervenção que se seguiu, o Senhor Deputado Sérgio Ávila começou por felicitar o Senhor Presidente da Câmara pela apresentação, enfatizando depois as opções políticas dirigidas ao apoio às empresas, às famílias e às freguesias. Realçou também o não recurso ao financiamento bancário e a redução da dívida de longo prazo, bem como a redução do valor total da dívida. Defendeu a preocupação refletida na diminuição do prazo médio de pagamentos, refutando a ideia de ser uma mera aplicação da Lei, até porque se assim fosse, o Município de Ponta Delgada não estaria no topo das Câmaras Municipais de todo o país, nesta matéria.

Colocada à votação a Prestação de Contas e Inventário de 2013, da Câmara Municipal, a Assembleia aprovou a mesma, por maioria, com os votos favoráveis do PSD, a abstenção do Movimento Santa Clara Vida Nova e do Bloco de Esquerda, e o voto contra do PS.

Pedi para apresentar declaração de voto o Senhor Deputado Noé Rodrigues. Após afirmar que o que está em causa não é a regularidade nem a apresentação das contas, mas o facto de o equilíbrio resultar de resultados financeiros, os quais em 2013 aumentaram mais de 400%, bem como o facto das empresas municipais não entrarem no perímetro orçamental, originando um passivo estável. Quanto à redução dos prazos médios de pagamento, esta é uma componente generalizada, porque a Lei obriga a essa redução.

PONTO 8 – SMAS – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA PARA 2014 E 3ª ALTERAÇÃO AO PPI 2014/2017

Foi presente o Ofício 8756/2014, da Câmara Municipal, sob o assunto designado em epígrafe, para efeitos de aprovação por parte da Assembleia.

A preceder o debate sobre este ponto, o Senhor Presidente da Câmara, apesar de assinalar a suficiência da documentação apensa, esclareceu que esta revisão se prende com a integração do saldo de gerência de 2012 no orçamento de 2013.

Após pedir o uso da palavra, o Senhor Deputado Noé Rodrigues manifestou a sua estranheza por essas transferências serem aplicadas em rubricas para as quais essa opção não se justificaria e solicitou esclarecimentos sobre a aplicação dessas transferências. Aproveitou ainda a oportunidade para pedir explicações sobre o ponto de situação dos terrenos da Calheta Pêro de Teive.

Em resposta, o Senhor Presidente retificou os termos da questão e da intervenção do Senhor Deputado Noé Rodrigues: esta é uma revisão orçamental do orçamento dos SMAS, através de uma transferência do saldo de gerência dos SMAS para o orçamento dos SMAS. Quanto aos terrenos da Calheta, adiantou que se está a prever poder aproveitar verbas comunitárias direcionadas para a componente ambiental.

Colocada à votação, a proposta de revisão ao orçamento da despesa para 2014 e 3ª alteração ao PPI 2014/2017 dos SMAS foi aprovada, por maioria, com os votos favoráveis do PSD, e a abstenção do PS, BE e Movimento Santa Clara Vida Nova.

PONTO 9 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO ANO DE 2013 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

Foi presente o Ofício 8614/2014, da Câmara Municipal, sob o assunto designado em epígrafe, para efeitos de aprovação por parte da Assembleia.

Colocada à votação a Prestação de Contas de 2013, dos Serviços Municipalizados, a Assembleia aprovou a mesma, por maioria, com os votos favoráveis do PSD e a abstenção do PS, BE e Movimento Santa Clara Vida Nova.

PONTO 10 – ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO DE CONCESSÃO DE QUIOSQUES

Foi presente o Ofício 8669/2014, da Câmara Municipal, para efeitos de aprovação por parte da Assembleia, da abertura de concurso público de concessão de quiosques, sites ao Largo Mártires da Pátria, freguesia de São José, Jardim António Borges, freguesia de São José, Praia das Milícias, freguesia de São Roque e Avenida do Mar, freguesia de São Roque.

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para informar que o valor da concessão sofreu um decréscimo de 50% quando comparado com a concessão anterior, tendo esta medida resultado unicamente de uma deliberação tomada em reunião de câmara. Esclareceu igualmente, quanto ao espaço referenciado com o nº 3 – Praia das Milícias, na freguesia de São Roque, que dada a sazonalidade a que está sujeito, há a intenção de se fazer uma previsão diferenciada da renda, entre a época alta e a época baixa, o que, a merecer aprovação, resultaria numa nova redação do ponto 3, alínea c), fixando-se o valor de 450 euros de janeiro a junho e de outubro a dezembro, e 900 euros de julho a setembro.

Pedi a palavra a Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco, para levantar a questão dos quiosques do lado sul da Avenida Marginal. Alegou que estes espaços, que obtiveram um estatuto, temporário, de sazonalidade, há mais de cinco anos, recebem um tratamento desproporcionado em relação aos outros espaços com atividades concorrentes. Não estando sujeitos às mesmas regras de licenciamento nem às mesmas obrigações fiscais, estes espaços ficam beneficiados por via desse tratamento. Advogou, assim, a necessidade da sua retirada, até porque acabam por constituir mais um “estorvo” para os utentes da Avenida do que um benefício, entre pela já referida sazonalidade, entre outros motivos.

Interveio em seguida o Senhor Deputado Carlos Brum Melo, para colocar algumas questões técnicas, relativamente a este procedimento. Começou porém por perguntar se existe alguma justificação para a demora na resolução dos contratos em curso e o que vai ser feito para cobrar os valores em dívida. Em seguida, fez a observação de que não é feita menção, no caderno de encargos, ao código de exploração. Questionou ainda as ponderações definidas nos critérios de adjudicação, por considerar que se encontram desproporcionadas, criticou o facto de não estar prevista qualquer caução (que seria útil em situações como aquelas a que se chegou) e considerou não ser claro o conceito de propostas anormalmente elevadas, presente nos critérios de exclusão.

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta, começou por fazer a justificação da demora na resolução dos contratos com a burocracia existente e com as tentativas sucessivamente fracassadas no sentido da cobrança de dívidas. Relativamente à informação sobre o código de exploração no caderno de encargos, assegurou que poderá ser agora incluída, em virtude da informação que acompanha este ponto não estar ainda fechada, e ser suscetível de ser revista pelos serviços. Do mesmo modo, as outras questões suscitadas, e em particular o problema da caução, serão com certeza objeto de acompanhamento pelos serviços competentes, inclusive, nos seus aspetos jurídicos. Alertou ainda para os impactos económicos de uma retirada abrupta dos quiosques, tal como propunha a Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco, e afirmou que o problema iria ser acompanhado.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura do concurso público de concessão de quiosques em Ponta Delgada, nos termos propostos.

PONTO 11 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR VENDEDORES AMBULANTES EM PONTA DELGADA

Foi presente o Ofício 8662/2014, da Câmara Municipal, sob o assunto designado em epígrafe, para efeitos de conhecimento, por parte da Assembleia.

O Senhor Presidente da Câmara fez uma breve explanação do enquadramento legal, situando esta atividade na sua dimensão empreendedora, num quadro de economia de mercado e de livre iniciativa. A opção aqui defendida é a de garantir um perímetro de proibição da venda ambulante, com o objetivo de preservação do centro histórico. Registou que houve um diálogo, e que se chegou a um consenso com os intervenientes, o qual, não tendo sido unânime, permitiu a obtenção de resultados.

Interveio a Senhora Deputada Isabel Rodrigues, para afirmar que este ponto da agenda não pode ser aprovado por não ter sido cumprido o pressuposto, exigido pela Lei, da audiência prévia dos interessados. De acordo com a informação obtida na reunião de líderes, isso não foi feito, pelo que não estão reunidas as condições legais para a aprovação.

O Senhor Presidente da Câmara confirmou a apresentação inicial, sublinhando que se trata de um "draft", para apreciação, elaborado em concertação direta com os vendedores ambulantes. Afirmou que uma parte dos objetivos já está alcançada, e corroborou a posição de que não há necessidade de votação. Assegurou ainda que a demora não vai interferir com o licenciamento dos vendedores ambulantes, porque o quadro legal em vigor se mantém.

Face à evolução do debate deste ponto, a Assembleia concluiu que a redação do texto que introduziu os assuntos, e que consta da documentação distribuída aquando da convocatória, continha um erro de terminologia, ao referir que estes assuntos eram submetidos à Assembleia Municipal para aprovação. Por ter sido identificado esse erro, foi entendido que na redação a considerar, para os efeitos tidos por convenientes, deverá ler-se "para conhecimento" onde se lia "para aprovação".

A Assembleia tomou conhecimento.

PONTO 12 – CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE DE MERCADORIAS (ALUGUER DE VIATURAS COM CONDUTOR) – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ABERTURA DE PROCEDIMENTOS

Foi presente o Ofício 8644/2014, da Câmara Municipal, sob o assunto designado em epígrafe, para efeitos de aprovação por parte da Assembleia.

O Senhor Deputado Carlos Brum Melo pediu a palavra para apresentar algumas lacunas identificadas na documentação que acompanha este assunto. Em primeiro lugar, mencionou a inexistência de justificação para a atividade contratada; em segundo lugar, referiu que é omissa a indicação do prazo para a apresentação das propostas. Relativamente à caução, observou que, caso seja exigida, a taxa de 5% prevista contraria a taxa de 2% aplicada na RAA, em conformidade com a legislação regional. Finalmente assinalou que não há na documentação informação sobre qual vai ser o Júri do Procedimento.

Como esclarecimento às questões suscitadas no que respeita aos elementos presentes na documentação entregue, o Senhor Presidente da Câmara referiu que o que está em causa é um pedido de parecer prévio vinculativo. Deste modo, o nível de documentação entregue é até superior ao que é habitual – e obrigatório – para efeitos de votação, não se encontrando portanto fechada nas matérias assinaladas.

Sobre a questão da justificação para a atividade contratada, ela encontra o seu fundamento no prazo do contrato em vigor, que se aproxima do fim.

Colocado à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PSD e do Movimento Santa Clara Vida Nova, e a abstenção do PS e do BE aprovar o pedido de emissão de parecer prévio vinculativo para a aquisição de serviços e de autorização prévia para a abertura de procedimentos.



**PONTO 13 – ATUALIZAÇÃO E REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA –
ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE EXECUÇÃO DO EDIFÍCIO DO MUSEU DE
ARTE CONTEMPORÂNEA DE PONTA DELGADA.**

Foi presente o Ofício 8074/2014, da Câmara Municipal, sob o assunto designado em epígrafe, para efeitos de aprovação por parte da Assembleia.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco, para questionar o executivo camarário sobre os custos já suportados com esta obra, uma vez que é do conhecimento público que a mesma já não irá ser executada. Perguntou ainda se existe já alguma medida par suportar o prejuízo.

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta, esclareceu que vai ser necessário libertar a verba que se encontra cativa, a fim de ser possível aplicá-la em finalidades sociais.

Retomando a questão já suscitada, o Senhor Deputado Carlos Brum Melo perguntou quanto foi já gasto em todo este processo.

O Senhor Presidente da Câmara reconheceu que essa questão fora igualmente colocada por ele, e a resposta está nas próprias contas, hoje apresentadas. Dispôs-se, ainda assim, a avançar que parte dos custos foi absorvida por pagamentos ao *atelier* do arquiteto e por despesas de viagens. Quanto a informação mais detalhada, assegurou que a mesma irá ser pedida aos serviços.

Colocada à votação, a atualização e reprogramação financeira - elaboração do projeto de execução do edifício do Museu de Arte Contemporânea de Ponta Delgada foi aprovada, por maioria, com os votos favoráveis do PSD e a abstenção do PS, BE e Movimento Santa Clara Vida Nova.

PONTO 14 – EXTENSÃO DO LOGOTIPO DA CÂMARA MUNICIPAL À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Foi presente uma proposta para a extensão à Assembleia Municipal do novo logotipo daa Câmara Municipal, com a salvaguarda da cor dourada, distintiva e caracterizadora deste órgão municipal.

Colocada à votação, a proposta de novo logotipo para a Assembleia Municipal foi aprovada, por unanimidade.

Não havendo mais qualquer assunto a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, pelas vinte e uma horas, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada por _____

_____ e que foi assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e por quem a lavrou, nos termos da Lei.

ANEXOS

- Votos de louvor e congratulação, votos de pesar e recomendações (por ordem de inscrição e votação).



apondo p m m' d e d e

h d e s

Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Voto de Pesar

Lúcido. Irónico. Inteligente. Ímpar. Estes são alguns dos adjectivos que foram (e continuam a ser, pois a morte não põe fim à validade humana) atribuídos a José Manuel de Medeiros Ferreira, nascido em Ponta Delgada a 20 de Fevereiro de 1942 e falecido em Lisboa a 18 de Março de 2014. Licenciou-se em História em 72 pela Universidade de Genebra e doutorou-se em História Institucional e Política em 91 pela Universidade Nova de Lisboa, academias onde também leccionou.

A sua carreira política e interventiva é longa e vasta, compreendendo momentos marcantes como a vice-presidência da Pró-associação da Faculdade de Letras, o exílio por oposição a Salazar, a representação na Assembleia da República, o Ministério dos Negócios Estrangeiros em 76-78 (sendo responsável pelo pedido de adesão à Europa) ou a docência na Universidade Nova. Em 1981 recebeu a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique e em 1989 a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

Dos livros que publicou, das colunas que escreveu, das obras que apresentou, das teses que defendeu, das ideias que apoiou, dos comentários que proferiu, ficam a clarividência, o fino humor, a erudição, o espírito democrático que apenas as mentes superiores de alma livre conseguem alcançar. «O pior que pode acontecer na vida política é não saber o papel que se está a desempenhar» são palavras de Medeiros Ferreira, que se recusava a vassalagens e achava que «O livro que alguns dos meus alunos publicaram, em homenagem, é a melhor recompensa que podia ter ambicionado».

Assim sendo, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo de deputados municipais do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada que aprove este voto de pesar pelo falecimento de José Manuel de Medeiros Ferreira, dando deste voto conhecimento à família como forma de apreço e reconhecimento pela sua incomparável vida.

(este voto foi escrito segundo a ortografia antiga)

Ponta Delgada, 30 de Abril de 2014

P'los Deputados Municipais

Comunidade Municipal de Ponta Delgada
Pedro Manuel Vieira Cabral

[Handwritten signature]

APROVADO POR
UNANIMIDADE



VOTO DE PESAR

No passado dia 18 de março faleceu, em Lisboa, José Medeiros Ferreira, aos setenta e dois anos de idade. Homem de um raciocínio brilhante, grande orador, de um humor inteligente, político sagaz, dotado de um sentido de estratégia e de previsão notáveis.

Medeiros Ferreira nasceu no Funchal, mas tal como dizia «nasci no Funchal por acidente», porque seu pai encontrava-se na ilha da Madeira por motivos profissionais. Mas foi na Ilha de São Miguel, mais precisamente na freguesia da Fajã de Cima que Medeiros Ferreira passou toda a sua infância e Juventude.

Estudou no Externato de Vila Franca do Campo e no Liceu Antero de Quental, tendo sido um aluno brilhante. Em Lisboa, estudou Filosofia. Iniciou o seu percurso político na oposição estudantil à ditadura, sendo um dos principais dirigentes durante a crise académica de 1962. Foi detido e cumpriu prisão. Foi candidato a deputado nas listas da oposição democrática em 1965.

Viveu na Suíça ao abrigo do estatuto de exilado político entre 1968 e 1974, licenciando-se em Ciências Sociais em Genebra, onde foi assistente na Faculdade de Ciências Económicas e Sociais, entre 1972 e 1974.

Medeiros Ferreira regressa a Portugal em Maio de 1974. Aos 35 anos, assume a pasta dos Negócios Estrangeiros no I Governo Constitucional (1976-78) liderado por Mário Soares, sendo o mais jovem chefe da diplomacia portuguesa. Iniciou o processo de adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia e impulsionou a entrada de Portugal no Conselho da Europa. Foi, também, deputado à Assembleia Constituinte, à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu.

Medeiros Ferreira, juntamente com outros elementos da ala direita e reformista do Partido Socialista, abandonou aquele Partido em 1978 para criar o Movimento Reformador ou Movimento dos Reformadores, que em 1979 se juntou à AD de Sá Carneiro. Mais tarde, Medeiros Ferreira regressa, ao Partido Socialista, onde se empenhou, até ao fim, em algumas batalhas difíceis, sendo a última, a campanha presidencial de Mário Soares.

Medeiros Ferreira teve, também, influente participação na Lei de Finanças das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira em 1998, assim como, também, em duas revisões constitucionais em matéria relativa àquelas Regiões Autónomas, em 1997 e 2004.

Especialista em História Contemporânea, lecionava na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, publicava, regularmente, crónicas no jornal «Diário de Notícias» e no «Correio da Manhã». Era comentador desportivo da Antena 1, onde representava o Benfica no programa «Grandes Adeptos», assim como também, comentador no programa «Prova das 9» da TVI24 e na SIC Notícias.

Medeiros Ferreira deixa-nos também, algumas obras de incontestável valor histórico e político.



Medeiros Ferreira foi, ainda, agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante, com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade e com a Insígnia Autonómica de Reconhecimento, como reconhecimento da sua ação cívica e política.

Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Doutor José Medeiros Ferreira.

Ponta Delgada, 30 de abril de 2014

O Grupo Municipal do PSD

[Handwritten signatures]
D. Silva
J. Silva
J. Medeiros

[Handwritten initials]
L.A.

APROVADO POR
UNANIMIDADE



VOTO DE PESAR

No passado dia 25 de fevereiro faleceu, em Lisboa, o Doutor Augusto de Ataíde aos setenta e três anos de idade. Augusto de Ataíde era filho de Augusto de Ataíde Corte-Real Soares d'Albergaria e da senhora D. Maria da Graça Hintze Ribeiro e casado com a senhora D. Margarida Barbosa de Andrade Albuquerque, 3.ª Condessa de Albuquerque e pai de D. Augusto Duarte de Andrade Albuquerque Bettencourt Ataíde, 4.º conde de Albuquerque e de D. Duarte Mateus de Andrade Albuquerque Bettencourt de Ataíde.

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, foi professor universitário em Portugal e no Brasil.

Augusto de Ataíde, cedo foi chamado à vida pública quando, entre 1970 e 1974, integrou o Governo de Marcelo Caetano, como Subsecretário da Juventude e Desporto. Na área económica e financeira o Doutor Augusto de Ataíde teve um papel relevante no Grupo Espírito Santo, tendo presidido ao Banco Internacional de Crédito, fundado depois do 25 de Abril, posteriormente, integrado por fusão, no Banco Espírito Santo. Augusto de Ataíde impulsionou e fundou conjuntamente, com Gualter Furtado e com o apoio do Dr. Ricardo Espírito Santo Salgado, o Banco Espírito Santo dos Açores através da incorporação da Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada e de cuja operação nasceu o único banco neste momento existente com sede nos Açores e do qual foi seu Presidente do Conselho de Administração. Fundou e foi presidente do Banco Espírito Santo do Oriente, em Macau. Foi administrador do Banco Inter-Atlântico, no Brasil e foi, ainda, membro do Conselho Nacional do Mercado de Valores Mobiliários.

Augusto de Ataíde, dirigiu o Instituto Luso-Brasileiro de Ensino de São Paulo e o Instituto Luso-Brasileiro de Direito Comparado do Rio de Janeiro. Foi membro da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e da Fundação Cultural Luso-Brasileira, do Conselho de Administração da Fundação da Casa de Serralves e do Conselho Superior da Universidade Católica Portuguesa.



Augusto de Ataíde foi, ainda, autor de inúmeros estudos jurídicos, conferências e artigos, assim como também, da obra «Percurso Solitários» que evoca a sua juventude até à Revolução de abril de 1974, transportando-nos ao paraíso originário de uma ilha de S. Miguel, ainda, longínqua no tempo.

É também de salientar a sua sensibilidade ambiental. Augusto de Ataíde era um defensor do património natural dos Açores, com particular destaque para os Jardins da Ilha de São Miguel e do Parque José do Canto, pelo qual desenvolveu uma meritória ação para a sua reabilitação e posterior manutenção, criando a Fundação Jardim José do Canto que passou a deter a propriedade do maior Jardim Botânico de Ponta Delgada e de todos os edifícios e monumentos nele existente. Classificado, já há alguns anos, como Imóvel de Interesse Público, está aberto à visita do público, tendo-se tornado numa atração turística de Ponta Delgada.

Como homem de cultura, era sócio da Academia de Ciências de Lisboa, do Instituto Histórico da Ilha Terceira e do Instituto Cultural de Ponta Delgada.

Augusto de Ataíde era uma pessoa de trato fino e de agradável convívio, muito estimada na ilha de São Miguel, sua terra natal.

Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Doutor Augusto de Ataíde, que dedicou toda a sua vida à causa pública e defendeu e valorizou os Açores.

Ponta Delgada, 30 de abril de 2014

O Grupo Municipal do PSD

APROVADO POR
UNANIMIDADE



Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Voto de Pesar

Artur Tavares nasceu a 11 de Fevereiro de 1922 e faleceu em Abril do ano corrente. Durante 67 anos foi proprietário da Papelaria Lusitana, espaço comercial muito frequentado por estudantes da vizinha Escola Secundária Antero de Quental e pelos ponta-delgadenses em geral. Aliás, este espaço tem sido referência na cidade pelo posicionamento diferenciado e decoração natalícia.

Durante 24 anos presidiu ao Grupo Desportivo Comercial, tendo sido, também, presidente da Associação de Patinagem de Ponta Delgada, que justamente o homenageou na Gala dos 60 anos a 30 de Março passado. Dinamizou, nos anos sessenta, o Clube de Ténis de Ponta Delgada, sendo o impulsionador de intercâmbios entre os jovens tenistas de S. Miguel e Terceira.

Artur Tavares foi um cidadão que muito deu da sua vida à comunidade, ao centro histórico da cidade e ao desporto.

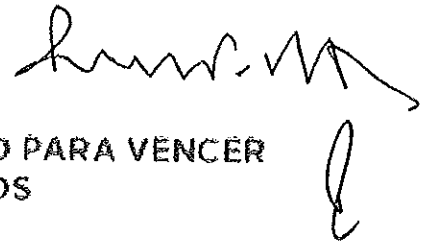
Assim sendo, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo de deputados municipais do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada que aprove este voto de pesar pelo falecimento de Artur Tavares, dando deste voto conhecimento à família como forma de apreço.

Ponta Delgada, 30 de Abril de 2014

P' los Deputados Municipais

Maria da Conceição Brasil

APROVADO POR
UNANIMIDADE



**PARTIDO
SOCIALISTA
AÇORES**



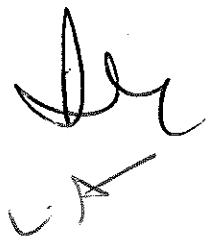
UM NOVO CICLO PARA VENCER
NOVOS DESAFIOS

João Manuel Martins Ferreira, nasceu a 29 de Novembro de 1954 na freguesia de Ginetes, Concelho de Ponta Delgada e desde 1974 que dá vida ao Palhaço Pezinho, tendo realizado o primeiro espetáculo no ano de 1975, na sede da Liga de Amigos da Covoada, freguesia de Covoada, no Concelho de Ponta Delgada.

Até 1982 os espetáculos do Pezinho eram apresentados juntamente com o Palhaço Tanchão. Nessa data, começou a trabalhar a solo tendo como suporte do seu espetáculo a magia e passou a apresentar vários espetáculos por ano, iniciando a sua participação em festivais nacionais e internacionais com magia cômica.

Em 1992 o Palhaço Pezinho deu início à sua carreira internacional, participando em Festivais, Congressos e Convenções de Palhaços, organizados pela Clowns International - Inglaterra e pela World Clown Association - USA.

O Palhaço Pezinho já atuou em todas as ilhas dos Açores e participa regularmente em vários festivais e congressos de Palhaços e Magia em Portugal, Canadá, Estados Unidos da América, Inglaterra, Alemanha, Holanda, Dinamarca e Mónaco, designadamente no Circo de Monte Carlo.

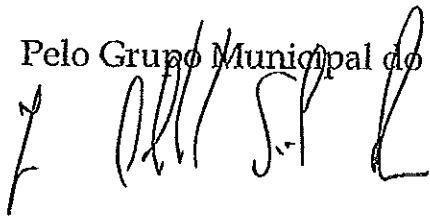


Tem sido, ainda, organizador de vários Festivais Internacionais de Palhaços que têm acontecido nas Ilhas de São Miguel e Terceira.

Pelos muitos sorrisos e gargalhadas que ao longo destas quatro décadas tem proporcionado a todos nós e pelo contributo que tem dado para a promoção do nosso Concelho e da nossa Região, e nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe a esta Assembleia que aprove um Voto de Congratulação pelos 40 anos de carreira do Palhaço Pezinho e que deste voto seja dado conhecimento a João Manuel Martins Ferreira.

Ponta Delgada, Paços do Concelho, 30 de abril de 2014

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista





APROVADO POR
UNANIMIDADE

Voto de Pesar

Faleceu, aos 92 anos de idade, Artur Maria Tavares.

Foi um dos fundadores do Grupo Desportivo Comercial e teve um papel preponderante no automobilismo açoriano e no próprio Grupo Desportivo e Comercial, desde 1961, altura da sua fundação.

No desporto, foi também Presidente da Associação de Patinagem de Ponta Delgada.

Foi ainda Presidente do Ateneu Comercial de Ponta Delgada e um dinâmico empresário, com a sua Papelaria Lusitana, um dos símbolos do comércio tradicional desta cidade.

Durante muitos anos, a Papelaria Lusitana prestou um relevante apoio e um grande serviço à comunidade escolar.

Artur Tavares esteve sempre muito ligado à dinâmica social e desportiva, de que se destacou o automobilismo.

Este empresário de Ponta delgada que, mesmo depois dos noventa anos, continuou a trabalhar na Papelaria Lusitana, era um cidadão ativo, sobretudo no que respeita às questões sociais.

Allás, Artur Tavares foi um grande impulsionador do já tradicional Dia das Montras que se celebra a 8 de Dezembro.

Uma das suas grandes preocupações foi sempre a dinamização do comércio tradicional e, por alturas do Natal, procurava sempre acolher aos pedidos das crianças, transformando a Papelaria Lusitana numa verdadeira feira natalícia.

Considerando que o desporto açoriano fica mais pobre;

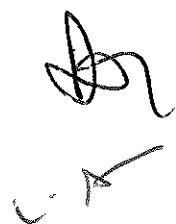
Considerando que Artur Tavares era um nome que o automobilismo micaelense em particular e açoriano em geral jamais poderá esquecer;

Considerando ainda que, por tudo o que fez pela sociedade e pelo comércio de Ponta Delgada, como também pelo desporto regional, Artur Tavares não será esquecido;

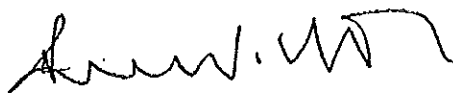
O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgada manifesta através deste Voto, grande pesar pela morte de um grande homem que dedicou a sua vida ao desporto, divulgando por esta via a nossa cidade e o nosso concelho.

A 30 de abril de 2014,

O Grupo Municipal de PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

APROVADO POR MAIORIA
COM A ABSTENÇÃO DO PSD



VOTO DE SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL

Nos 40 anos do 25 de Abril, o Bloco de Esquerda/Açores saúda a Revolução e as conquistas de Abril – a Democracia e o fim da Guerra Colonial, o Serviço Nacional e Regional de Saúde, a Escola pública, o Trabalho e a Reforma com dignidade e com direitos.

Nos 40 anos do 25 de Abril, o Bloco de Esquerda/Açores afirma que é sempre tempo de defender estas conquistas, é sempre urgente não deixar cair estas vitórias, é sempre preciso não deixar destruir Abril. Porque é preciso juntar forças e agir, fazemos nossas as palavras do Congresso Democrático das Alternativas, neste 25 de Abril de 2014:

“Dizem-nos que não há alternativa. Que a austeridade é perpétua. Que é preciso empobrecer. Que a desigualdade é natural. Que é preciso comer e calar. Que quem não quiser, vá embora. Que é proibido assustar os mercados. Que se suspenda o futuro, a cidadania e, se preciso for, a democracia.

40 anos depois do 25 de Abril, este é o discurso de um poder determinado em proceder ao ajuste de contas com esse “dia inicial inteiro e limpo” de que nos fala Sophia.

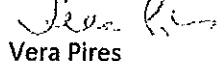
40 anos depois, é preciso “incendiar de astros e canções as pedras do mar, o mundo e os corações”, como no canto do poeta José Gomes Ferreira.

Erguer a voz. Sempre e sempre resistir. Não desistir. Juntar forças, soltar amarras, construir pontes. E assim erguer as alternativas que cumpram a estrada da democracia que Abril abriu.”

Nos 40 anos do 25 de Abril, o Bloco de Esquerda/Açores propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada a aprovação deste Voto de Saudação ao 25 de Abril. 25 de Abril sempre!

Ponta Delgada, 30 de Abril de 2014

A Deputada Municipal do BE/Açores



Vera Pires



**PARTIDO
SOCIALISTA
AÇORES**



PROVADO POR MAIORIA COM OS VOTOS A
FAVOR DO PS; BE; SCVA; S DO PSD

UM NOVO CICLO PARA VENCER RESTANTE
NOVOS DESAFIOS

BANCA DA I

PSD ABSI

VE - 85

Voto de Saudação ao 25 de abril

Comemoramos o 25 de ABRIL como dia da liberdade e como data maior da história contemporânea portuguesa.

DIA INICIAL, INTEIRO E LIMPO, como foi identificado pela poetisa Sofia de Mello Breyner, o 25 de ABRIL foi o catalisador de vontades e energias para o sonho de um Portugal melhor, para um Portugal livre da guerra, da opressão e do obscurantismo, para um Portugal que reescrevesse a sua longa história renunciando às injustiças, às desigualdades nas oportunidades sociais e à desmedida exploração dos mais fracos.

Foi o dia que rasgou horizontes e que se entregou a todos os portugueses devolvendo-lhes o direito de sonhar.

Foi um dia maior, impar, pleno, transformador, marcante.

Foi o dia que nos devolveu a liberdade, que nos ofereceu a democracia, que nos habilitou na procura de melhores condições de vida, que nos consagrou direitos e garantias, que nos vaticinou progresso, que nos convocou à construção de uma nova sociedade.

Foi o dia que concretizou o sonho secular da nossa AUTONOMIA, do direito inalienável de termos o nosso AUTOGOVERNO, de nos termos como POVO AÇORIANO e de, como tal, demandarmos o nosso próprio progresso e desenvolvimento.

No momento em que assistimos a retrocessos sociais graves, a enormes limitações e incertezas, ao crescimento da pobreza e das desigualdades, à precariedade no emprego, ao flagelo do desemprego e à erosão dramática dos mais elementares valores da democracia, é exatamente o momento de REVIVERMOS ABRIL e de renovarmos os seus ideais, para garantirmos, com designios honrados, o futuro de Portugal.

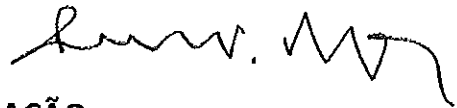
É, de novo, tempo para saudarmos os MILITARES DE ABRIL, que restituíram a liberdade ao Povo e logo lhe devolveram o poder para a construção do Portugal Democrático.

É tempo para saudarmos todos aqueles, Homens e Mulheres, que se bateram por ABRIL, pelas portas que ABRIL abriu e pela conquista dos direitos fundamentais, do progresso e da solidariedade social que devem honrar a democracia e renová-la na sua ambição de progresso.

Por todo o exposto e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Ponta Delgada propõe o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Municipal de Ponta Delgada saúda o 40.º aniversário da revolução de abril, enquanto realização da afirmação histórica da liberdade, da justiça social, da autonomia regional e da consideração internacional que é devida a Portugal, salientando a importância atual dos ideais de abril para reerguer Portugal, como país moderno, desenvolvido, democrático e livre.

IA PROVADO POR UNANIMIDADE



VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ex. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Exmo. Executivo da Câmara Municipal de Ponta Delgada

Dignos colegas Vogais desta Assembleia,

Permitam que faça minhas palavras contidas num voto de congratulação aprovado por unanimidade na Assembleia de Freguesia de Santa Clara de 24 Abril de 2014.

"- as obras de beneficiação e ampliação da Escola EB/JI do Ramalho, sita a zona limítrofe da digna freguesia de Sta. Clara, foram concluídas e apresentadas pelo responsável da CMPD;

- a edilidade apresentou publicamente regozijo pela conclusão da obra (...);

Há que congratular a Junta de Freguesia, hoje na pessoa do atual Presidente e este em representação dos antigos Presidentes, pelo trabalho criterioso e pacientemente insistente, ao longo dos últimos 8 anos, junto das entidades competentes, para a concretização do projeto de reabilitação supracitado.

Muitos Vogais no passado, nesta Assembleia – na da Freguesia de Santa Clara –, não raras vezes, e sobre o tópico, expuseram de forma inflamada a urgência na atenção a dar à Escola do Ramalho. Ressoavam nas suas palavras o valor, não só patrimonial, mas essencialmente pedagógico e humano que estava a ser negligenciado e a carecer de intervenção concertada e célere. Chegou o dia!

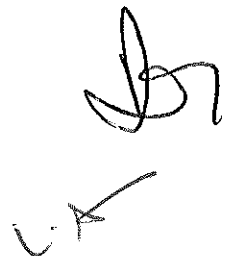
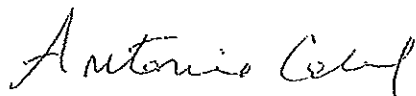
Parabéns à freguesia e às suas crianças!

Parabéns Junta de Freguesia de Sta. Clara pela insistência no assunto, pelo contributo diligente em prol da freguesia."

Deixo por tal, aqui também, a proposta de registo em ata de um voto de congratulação por essa importante melhoria para a freguesia de Santa Clara.

Ponta Delgada, 30 de Abril de 2014

Santa Clara Vida Nova



APROVADO POR UNANIMIDADE



Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Voto de Congratulação

Já são muitos os prémios, distinções e recomendações nacionais e internacionais em que os Açores figuram pela sua beleza natural vivida de forma sustentável ou pela paisagem construída de forma incomparável. A visão das Sete Cidades a partir do miradouro da Vista do Rei foi incluída na lista das 10 vistas imperdíveis em todo o mundo (*Top 10 Must See Views*), uma lista criada pelo site virtualtourist.com, que se especializa em recomendações de viagem. **Virtual Tourist** tem mais de um milhão de membros oriundos de cerca de 220 países e 9 milhões de utilizadores por mês, o que equivale a uma incomparável divulgação do nome Açores. Da lista fazem parte paisagens da Suíça, África, Andes, Austrália, Estados Unidos ou Inglaterra.

Relembramos que as Sete Cidades já mereceram outras valorizações, como a eleição de uma das 7 Maravilhas Naturais de Portugal em 2011.

Assim sendo, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo de deputados municipais do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada que aprove este voto de congratulação pela distinção no âmbito do turismo no nosso concelho.

(este voto foi escrito segundo a ortografia antiga)

Ponta Delgada, 30 de Abril de 2014

P'los Deputados Municipais

Município da Ponta Delgada
Ricardo Manuel Veiros Coluf

APROVADO POR UNANIMIDADE



Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Voto de Congratulação

Foi a 31 de Março de 1954 que se criou a Associação de Patinagem de Ponta Delgada para apoiar uma modalidade que já se encontrava em prática desde 1947.

O programa de celebração da data, realizado entre 29 e 31 de Março de 2014, fez-se de diversas actividades, como jogos de hóquei que puseram em campo tanto os jovens atletas como as velhas glórias, o festival de patinagem artística, com a participação de todos os clubes e escolas que perpetuam a modalidade na ilha, aulas de patinagem com Judith Gomes, impulsionadora da patinagem em São Miguel nos anos 60 e 70, e a Gala de homenagem a antigos e actuais patinadores e treinadores nas valências do hóquei e da patinagem artística, com a presença de Judith Gomes (igualmente homenageada) e do Presidente da Federação Portuguesa de Patinagem.

São 60 anos de empenho, luta e divulgação de modalidades que, ainda hoje, apesar de forma diferente, continuam a prosperar.

Assim sendo, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo de deputados municipais do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada que aprove este voto de congratulação pela celebração do 60º Aniversário da Associação de Patinagem de Ponta Delgada, dando deste voto conhecimento à Associação, como forma de reconhecimento pelo papel que desempenha ao serviço do desporto no nosso concelho.

(este voto foi escrito segundo a ortografia antiga)

Ponta Delgada, 30 de Abril de 2014

P'los Deputados Municipais

(Município de Ponta Delgada)

APROVADO POR UNANIMIDADE



[Handwritten signature]

Voto de Congratulação

A Associação de Patinagem de Ponta Delgada iniciou a sua actividade a 31 de Março de 1954 comemorando este ano 60 anos de vida.

A Associação de Patinagem de Ponta Delgada assinalou esta importante efeméride com a entrega de reconhecimentos e galardões, o quem com o seu trabalho e dedicação contribuiu para elevar a modalidades de hóquei em patins, patinagem artística e patinagem de velocidade.

Desde esta data que, mesmo confrontada com bons e maus momentos, esta importante associação tem promovido a Patinagem no concelho de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel e na Região dos Açores.

Considerando que a prática do desporto é uma mais valia para criar nos jovens um espírito de saudável competição;

Considerando que a Associação de Patinagem de Ponta Delgada contribuiu, ao longo dos seus 60 anos de existência, para incutir a prática do desporto nos mais jovens e, com isso, acrescentou princípios e valores às suas vidas;

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgada congratula-se, através deste voto, com a passagem do 60º aniversário da Associação de Patinagem de Ponta Delgada.

Ponta Delgada, 30 de abril de 2014

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

APROVADO POR UNANIMIDADE

PARTIDO
SOCIALISTA
AÇORES



UM NOVO CICLO PARA VENCER
NOVOS DESAFIOS

Voto de louvor

Dia do Trabalhador

Valorizar o dia do trabalhador é valorizar igualmente a caminhada percorrida para o reconhecimento do valor do trabalho e do homem que trabalha.

Tanto a etimologia como a história revelam que o trabalho foi, durante muitos séculos, considerado de modo pejorativo, ainda que reconhecido como indispensável.

A palavra Trabalho deriva do latim, *tripallium*, instrumento composto por 3 paus ou varas usado para prender animais e também como instrumento de tortura. Esta e outras etimologias estão na base da concepção negativa deste vocábulo na antiguidade.

Aristóteles em várias das suas obras ressalta a indignidade do trabalho e a sua incompatibilidade com a vida do espírito. Nesta senda, Cícero demonstra igualmente preferência pelo ócio (*otium*) sobre, a negação do ócio, o negócio (*nec-otium*) e o desprezo por este ser algo pago.

À Luz da revelação judaica cristã, o trabalho surge como cumprimento do desígnio de Deus, como colaboração da sua obra criadora e como participação na obra salvadora de Cristo, que foi trabalhador. A própria penosidade e sofrimento do trabalho, em grande parte resultante da maldade dos homens, pode, graças a Cristo ter eficácia redentora. O trabalho torna-se assim santificador e pode até falar-se de uma espiritualidade do trabalho.

A primeira "lei social" inspirada pelo Cristianismo foi a introdução do descanso dominical por Constantino (em 321).

No período medieval, S. Tomás de Aquino, na sua obra "*Suma Teológica*", afirmou que: "a inactividade injustificada falseia e destrói o homem, já que ele é a imagem da Atividade pura; relativamente desprovido, no campo do instinto, face aos animais, o homem possui a razão e a mão e, graças a elas, está-lhe aberto o progresso que os animais desconhecem".

No final do século XVIII, quando as empresas começaram a explorar a mão de obra barata com vista à obtenção de maiores lucros, as fábricas funcionavam sem parar. As jornadas de trabalho chegavam às 80 horas semanais.

Robert Owen, um reformista social Galês considerado um dos fundadores do socialismo e do cooperativismo e diretor de importantes indústrias escocesas de fiação em Manchester, começou uma campanha para que os funcionários não trabalhassem mais que 8 horas por dia. Criou o slogan: "oito horas de trabalho, oito horas de lazer, oito horas de descanso."

Henry Ford, fundador da Ford Motor Company e inspirado por Robert Owen, foi dos primeiros empresários a romper com os padrões laborais vigentes de então e a implementar as oito horas diárias de trabalho.

Para além disso, Ford duplicou o valor dos salários dos trabalhadores. Para a surpresa de muitas indústrias, esta opção estratégica valeu-lhe maior produtividade por parte dos seus trabalhadores e o aumento significativo da margem de lucro. Tal fato, incentivou outras empresas a adotarem a mesma estratégia contribuindo assim para a propagação da prática das oito horas diárias de trabalho. Não tendo sido uma decisão com base científica mas apenas uma medida para tornar as fábricas mais eficientes estes homens contribuíram significativamente para a afirmação deste padrão laboral.

O Dia do Trabalhador ou Dia Internacional dos Trabalhadores, tal como hoje nos é apresentado é celebrado anualmente no dia 1º de Maio em numerosos países do mundo.

A origem desta comemoração remonta ao séc. XIX mais concretamente ao primeiro dia de Maio de 1886. Neste dia, 500 mil trabalhadores de Chicago, nos EUA, decidiram em manifestação pacífica reivindicar a redução da jornada de trabalho de 16 para 8 horas diárias. A polícia reprimiu a manifestação, dispersando a concentração, depois de ferir e matar dezenas de operários.

Mas os trabalhadores não se deixaram intimidar e no dia 5 de Maio, 4 dias depois da primeira manifestação, voltaram às ruas. Foram novamente reprimidos: 8 líderes presos, 4 trabalhadores executados e 3 condenados a prisão perpétua foi o resultado desta segunda manifestação.

Em 1889 o Congresso Operário Internacional, reunido em Paris, decretou o 1º de Maio, como o Dia Internacional dos Trabalhadores, um dia de luto e de luta. E, em 1890, os trabalhadores americanos conquistaram a jornada de trabalho de oito horas.

Em 23 de Abril de 1919 o senado francês ratifica o dia de 8 horas e proclama o dia 1 de Maio desse ano, dia feriado.

Em 1920 a Rússia adota o 1º de Maio como feriado nacional, e este exemplo é seguido por muitos outros países.

Em Portugal, durante a ditadura do *Estado Novo*, a comemoração deste dia era reprimida pela polícia. Só a partir de Maio de 1974 (o ano da revolução do 25 de Abril) é que se voltou a comemorar livremente o *Primeiro de Maio* e este passou a ser feriado.

Assinalar a importância desta data afigura-se por um lado, como uma homenagem aos lutadores de todos os tempos por esta causa e, por outro lado, como uma alerta, no tempo, para decisões atuais e futuras que possam ameaçar e comprometer o valor desta conquista.

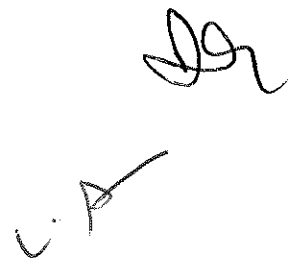
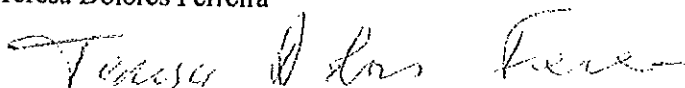
Dando voz às palavras de Madre Teresa de Calcutá refira-se que: "Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota."

Assim sendo, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo de deputados municipais do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada que aprove este voto de louvor.

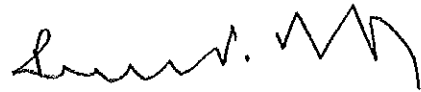
Ponta Delgada, 30 de Abril de 2014

P'los Deputados Municipais do Partido Socialista

Teresa Dolores Ferreira



APROVADO POR UNANIMIDADE



**PARTIDO
SOCIALISTA
AÇORES**



**UM NOVO CICLO PARA VENCER
NOVOS DESAFIOS**

Assembleia Municipal de Ponta Delgada

ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR

80.º ANIVERSÁRIO DO MARÍTIMO SPORT CLUB

Fundado em Ponta Delgada a 7 de fevereiro de 1935, o Marítimo Sport Club representa um dos símbolos do desporto micalense e da freguesia de São Pedro.

Com a sua primeira vitória, a 20 de outubro de 1935, frente ao Clube União Sportiva, por 2-1, e até à atualidade, conta com um palmarés vitorioso, destacando-se as vitórias no campeonato de futebol de ilha e regional de 1941/42, e nos campeonatos de ilha de 1953/54, 1954/55, 1972/73 e 1987/88. Foi igualmente campeão nas modalidades de hóquei em patins e basquetebol.

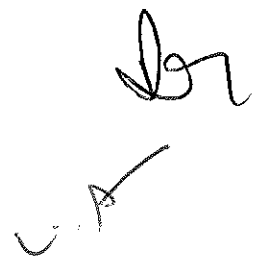
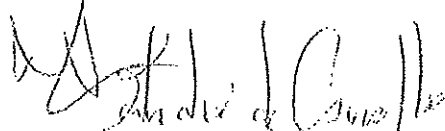
Atualmente, com as modalidades de futebol, hóquei em patins e ciclismo, é um clube desportivo que privilegia a formação de jovens atletas, no desenvolvimento das suas competências técnicas, humanas e sociais.

Motivação, Sacrifício e Camaradagem, assumem-se com as palavras de ordem que orientam este clube, que celebrou a 7 de fevereiro 80 anos de história desportiva que orgulham este município.

Assim, e nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que esta Assembleia aprove um voto de louvor ao Marítimo Sport Club, pelo seu 80.º aniversário, nesta Assembleia Municipal de Ponta Delgada, dando deste voto conhecimento ao Clube, como forma de reconhecimento pelo papel que desempenha ao serviço do desporto no nosso concelho.

Assembleia Municipal de Ponta Delgada, 30 de abril de 2014,

P' membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista



APROVADO POR UNANIMIDADE

[Handwritten signature]

Voto de Louvor

O Grupo Municipal de Ponta Delgada, do Partido Social Democrata, vem, por este meio, apresentar um voto de louvor a esta Assembleia Municipal pelo facto do emblemático Clube da Freguesia de São Pedro de Ponta Delgada, Marítimo Sport Clube, ter celebrado, recentemente, o seu 80º Aniversário.

Na certeza de que oitenta anos de existência, desde a sua fundação em 1934, numa pequena casa alugada na zona da Calheta de Ponta Delgada, por um grupo de dirigentes cuja carolice contagiou toda uma alma subjacente a um povo de pescadores e artesãos que se tornaram, ao longo de gerações, uma referência num meio desportivo micaelense e, até regional, o Marítimo Sport Clube, aos poucos, mereceu o respeito e reconhecimento, e conquistou o mérito que o levou a tornar-se a filial numero dois do Futebol Clube do Porto.

Pelo Clube da Calheta passaram grandes dirigentes e atletas, jogadores que toda a cidade conheceu. Pelo mesmo Clube ontem e hoje centenas de crianças, adolescentes e jovens criam estilos de vida saudáveis e aprendem a conviver de forma desportiva e social, numa sociedade cada vez mais competitiva mas em que ainda existe lugar para "o fair play".

Aqueles que há oitenta anos, e que durante as oito décadas percorridas investiram muito de si no Clube que representa a mais populosa Freguesia do Conselho de Ponta Delgada, muitas vezes, de forma voluntaria e gratuita, fica desde já, a admiração e o grande louvor deste Grupo Municipal que deixa perante esta Assembleia Municipal bem claro que ao homenagear o Marítimo Sport Clube está a homenagear todo o povo que o suportou e lhe deu alma durante décadas.

Ponta Delgada, 30 de Abril de 2014

Pelo Grupo Municipal do PSD/Ponta Delgada

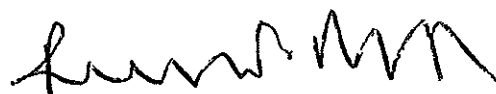
[Handwritten signature]

(Rui Guilherme Pacheco)



[Handwritten marks]

APROVAÇÃO PÓL UNANIMIDADE



Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Voto de Congratulação

70º Aniversário do "Café Clipper"

O "Café Clipper" abriu as suas portas pela primeira vez, no dia 22 de Abril de 1944 e o seu primeiro proprietário era o Senhor João Pedro Ribeiro.

O "Café Clipper" localiza-se na Rua Machado dos Santos, nº28, uma das ruas mais importantes do centro da cidade de Ponta Delgada, é um espaço comercial onde proporciona aos seus clientes, um serviço muito profissional e um agradável convívio aos seus habituais frequentadores, ao longo dos seus 70 anos de existência.

O "Café Clipper" é uma referência na cidade de Ponta Delgada, onde muitas pessoas, durante todo o dia, podem tomar um café, comer uma bifana, jogar jogos da sorte da Santa Casa da Misericórdia e da Associação de Municípios dos Açores, conversar sobre futebol, política e muitos outros assuntos do passado, da atualidade e do futuro.

O atual proprietário, o Senhor Guilherme Pedro Botelho e os seus irmãos João e Jordão, ainda muito jovens, adquiriram o Café, em 1980 e com muito empenho e muito trabalho mantêm o "Café Clipper", um espaço comercial onde se está bem.

A simpatia de todos os seus empregados e a amizade dispensada, ao longo dos seus 70 anos, faz do "Café Clipper" um lugar com História e com muitas histórias interessantes, para a cidade de Ponta Delgada.

Assim sendo, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, aprove este voto de congratulação, pelo 70º Aniversário do "Café Clipper". Deste voto deverá ser dado conhecimento aos seus atuais proprietários.

Ponta Delgada, 30 de abril de 2014

Os Deputados Municipais do Partido Socialista

Ricardo Manuel Veiros Cabral



APROVADO POR UNANIMIDADE



Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Voto de Saudação

- Tremor -

No passado dia 12 de Abril, realizou-se a primeira edição da "Festa de Música Tremor", que, durante parte do dia e da noite, animou o centro histórico de Ponta Delgada.

Tremor foi co-organizado pela YUZIN- Agenda Cultural do Grupo Oriental e pela editora portuense Lovers & Lollypops. Durante um dia, o centro de Ponta Delgada encheu-se de música e gente, e foi tomado de assalto nos seus mais variados palcos, entre espaços alternativos, espaços institucionais, lojas comerciais, bares, galerias e até uma igreja.

De acordo com os organizadores Tremor teve como objectivo, criar sinergias e colaborações a nível local e nacional, convidando a população e os agentes locais a virar Ponta Delgada do avesso através da única arte que consegue reunir todos- a música.

Evento cultural de cariz único, com potencial de se tornar num evento cartaz de Ponta Delgada, Tremor é prova do empreendedorismo cultural dos organizadores e do potencial da própria cidade para receber um evento alternativo como este.

Assim, pelo carácter inovador, pela envolvência que criou junto de vários agentes do centro histórico e pela própria dinâmica que imprimiu à cidade, o Grupo Municipal do Partido Socialista, de acordo com as disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada que aprove o presente Voto de Saudação, pela Realização da "Festa de Música Tremor". Sendo aprovado, deste voto deverá ser dado conhecimento aos organizadores.

Ponta Delgada, 30 de Abril de 2014

Os deputados Municipais do Partido Socialista

APROVADO POR UNANIMIDADE

Luís VAS



RECOMENDAÇÃO

ESPAÇO INFANTIL NO CAMPO DE S. FRANCISCO

O Campo de São Francisco, agora recuperado, conta com uma longa tradição como espaço de convívio e brincadeira das crianças da cidade. Nesta Praça funcionou uma Escola Primária durante largos anos, e o Campo servia também como "recreio" dessa Escola. Até ao recente fecho para as obras de requalificação, existiu aqui um pequeno Parque Infantil.

O BE recebeu de munícipes, acolhendo-a, a ideia da instalação de um espaço infantil de recreio no Campo de São Francisco, no sentido de dar continuidade à tradição daquela Praça e potenciar a utilização e a vivência desse espaço público pelas crianças, e pelos pais e avós que as acompanham.

Assim, o Bloco de Esquerda vem propor à Assembleia Municipal de Ponta Delgada, reunida a 30 de Abril de 2014, que recomende à Câmara Municipal:

- A instalação de um pequeno espaço infantil de recreio no Campo de São Francisco, como modo de favorecer a inclusão das crianças no usufruto diário desse valioso espaço público.

Ponta Delgada, 30 de Abril de 2014

A Deputada Municipal do BE

Vera Pires
Vera Pires

L. Vas

APROVADO POR UNANIMIDADE

**PARTIDO
SOCIALISTA
AÇORES**



UM NOVO CICLO PARA VENCER
NOVOS DESAFIOS

Assembleia Municipal de Ponta Delgada

RECOMENDAÇÃO

PUBLICITAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO NO SÍTIO DE INTERNET DO MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA

Considerando que o acesso a conteúdos do interesse da coletividade, a par da sua atualização e desmaterialização, constituem direitos essenciais para os cidadãos.

Considerando que a publicidade de atos e decisões, além de assegurar a respetiva eficácia e efeitos externo, permite que todos os interessados possam monitorizar a atividade pública.

Considerando que uma atividade camarária, devidamente publicitada, é suscetível de promover o interesse e participação em prol coisa pública.

Os membros da Assembleia Municipal, eleitos pelo Partido Socialista, propõem à Câmara Municipal de Ponta Delgada, a seguinte recomendação:

1. A documentação relativa à Assembleia Municipal, nomeadamente as atas das suas reuniões, devem ser disponibilizadas no sítio de internet do Município de Ponta Delgada no prazo de 15 dias após a sua aprovação.
2. A publicidade da atividade da Assembleia Municipal, nomeadamente os editais para as respetivas reuniões, devem ser disponibilizados no sítio de internet do Município de Ponta Delgada no dia da sua publicação.

Assembleia Municipal de Ponta Delgada, 30 de abril de 2014,

P' membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista